

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha Campos; Martinho Leal Campos. Memória, cultura e sociedade: o trotskismo e a resistência ao golpe de 1964, e as violências aos direitos humanos na Paraíba, Pernambuco e São Paulo. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 41, p. 131-143, ago. 2015. ISSN: 1676-8965.

ARTIGO

www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html

Memória, cultura e sociedade

O trotskismo e a resistência ao golpe de 1964, e as violências aos direitos humanos na Paraíba, Pernambuco e em São Paulo

*Ricardo Bruno Cunha Campos
Martinho Leal Campos*

*Recebido: 15.1.2015
Aprovado: 2.6.2015*

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir o trotskismo e a resistência ao golpe e à ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964 e suas implicações na construção e defesa contínua dos direitos humanos na sociedade brasileira contemporânea, tendo como base a história e a memória vivenciadas por um militante do Partido Operário Revolucionário (POR-T), no período que foi de 1963 a 1974, nos Estados da Paraíba, Pernambuco e São Paulo. A discussão abrange não apenas os aspectos imediata e meramente políticos, mas se ancora na análise dos processos de memória, sociologicamente baseada em Paul Ricoeur, Walter Benjamin, Ecléa Bosi e outros, no entendimento de que há uma profunda interação dialética entre a memória individual e a memória coletiva dentro de uma inter-relação socioeconômica e política da sociedade. **Palavras-chave:** memória social, trotskismo resistências, direitos humanos

“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Walter Benjamin).

Introdução

Este é um trabalho que tem como cerne a contribuição memorial de um velho militante revolucionário, vinculado ao trotskismo, que fez parte da re-

sistência ao golpe e à ditadura civil-militar, instalada no Brasil em 1º de abril de 1964. O que se acredita, diante do relato direto e amplo do narrador é que na defesa continuada e firme dos direi-

tos humanos na sociedade brasileira contemporânea, histórias orais, tanto quanto as que se conformam na história escrita, têm um peso fundamental para a construção da consciência e da identidade nacionais.

Trata-se na verdade de apreender e compreender o significado dessa dinâmica memorial dos crimes contra os direitos humanos perpetrados pela ditadura limitando-nos apenas à sua importância factual ou analítica, sem ir a fundo ao entendimento da complexidade atuante no universo dos processos da memória, baseando-nos em autores como Paul Ricouer (2007), Walter Benjamin (1966) e outros. Coloca-se em questão, para melhor esclarecimento, a suposta oposição entre memória coletiva e memória individual. E a pergunta imediata é: essas memórias são mesmo distintas uma da outra? Será que devemos dissociá-las? Afirmamos que não, que ao contrário dessa pretensa oposição, não deve ser considerada válida essa distinção. Estamos mais imbuídos da concepção de que tanto uma memória quanto a outra ganham dialeticamente em significância na medida em que as entendemos dentro de uma inter-relação socioeconômica e política da sociedade.

Com base na “Filosofia da História” discutida por Ricouer a partir de pensadores como Santo Agostinho, Locke, Halbwachs, propõe-se uma refutação da História e do historiador, enquanto possuidores da verdade, alçando-se por cima da tradição, da sociedade e sua cultura, e buscamos uma postura que dialogue entre subjetividades e objetividades que se formam no processo contínuo da vida. Com efeito, ao resgatar a configuração de um contexto intersubjetivo vivenciado pelo militante em questão, a partir de sua voz e de suas memórias registradas, busca-se neste trabalho “dar voz aos próximos”. Walter Benjamin (1966) possibilita-nos a compreensão da significância da moderni-

dade, tendo como foco a experiência existente na relação entre as pessoas no cotidiano moderno a partir da “experiência de vida”. Segundo Benjamin, estaríamos perdendo a capacidade de ouvir e transmitir histórias. Esta capacidade humana seria a sabedoria e a lucidez que se colocam cada vez mais distante do homem, a partir inclusive do romance, enquanto reflexo da ideologia burguesa dominante. Ao tentar reconstruir a história das resistências citadas, com base na trajetória do militante em três estados brasileiros, abordamos processos sociais no decorrer do tempo, interpretando informações com lastro tanto na história escrita do cotidiano como numa memória coletiva (BOSI, 2004; THOMPSON, 2002).

A memória parece ser um instrumento na construção da realidade, já que integra as esferas temporais do passado e do presente, visando a um futuro possível. Segundo Michael Pollak (1992), a memória é construída social e individualmente. E falando da memória e das lembranças dos velhos, que é o que interessa neste caso, porquanto, o relato memorial em foco é de um antigo ou “velho” militante. Retomamos Bosi, para dizer que a autora mostra que a memória dos velhos pode ser mais definida e digamos “pura”, na medida em que estes se acham menos solicitados pelo presente de lutas, contradições e ações habituais. Ecléa Bosi cita ainda diversos outros autores, e conclui que esses questionamentos sobre a memória são de grande complexidade, e que o melhor modo de perceber a forma predominante de memória em um dado indivíduo é levar o mesmo a fazer sua autobiografia. Segundo ela: “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória” (BOSI, 2004. p.29).

Contexto Histórico

O movimento trotskista mundial sempre se caracterizou por nadar contra a corrente, tendo que lutar e se defender permanentemente de dois tipos de repressão: a reação dos setores conservadores, capitalistas, sobretudo as facções de extrema direita de vezo nazifascista, de um lado, e, de outro, a repressão estalinista dos Partidos Comunistas. Sem dúvida, uma saga histórica dramática, que tem seu início formal com a expulsão de Trotski da União Soviética, do Partido Comunista Russo, em 1927, tendo sido reprimidos violentamente todos os que o apoiavam e com ele formavam a “oposição de esquerda”, em luta contra o que seria a degeneração burocrático-partidária dos princípios bolcheviques da Revolução de Outubro, o “termidor soviético”, comandado pelo despotismo de Stalin, que o mandou assassinar no seu exílio em Coyacoán, México, a 21 de agosto de 1940.

A Quarta Internacional, criada por Trotski, em 1937, após a constatação de que a Terceira já se tornara apenas um simulacro revolucionário, continuou após a morte do velho líder o seu caminho áspero, mas espraiando-se mesmo assim pelos países do mundo. Na América Latina, e no Brasil em particular, grupos de militantes de esquerda, sobretudo no seio do Partido Comunista do Brasil (então, sessão brasileira do COMINTERN – Organização dos PCs mundiais, congregando a Terceira Internacional) se alinharam à oposição de esquerda, a partir de 1928. Dentre esses, destacamos, por exemplo, o jornalista e intelectual pernambucano Mario Pedrosa, que foi representante do Brasil no Congresso de Fundação da Quarta Internacional, em 1938. Vários grupos se formaram, entre 1930 e 1952, visando à estruturação orgânica do trotskismo no país: Grupo Comunista Lênin, Liga Comunista, Partido Operário Leninista, Partido Socialista Revolucionário. De 1952 em diante, com a formação do

Partido Operário Revolucionário (POR), o trotskismo no Brasil passa a ter maior expressão organizativa, moldada fundamentalmente nos esquadros do Bureau Latino-americano, o BLA, então dirigido centralmente pela sessão argentina (LEAL, 2003), tendo como líder o dirigente J. Posadas.

Na década de 1960, ao sabor das mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil, o POR, destacou-se do leito original do eixo Rio/São Paulo, indo desenvolver atividades no Nordeste, tendo como centro regional o Estado de Pernambuco, com ramificações na Paraíba e no Ceará, e no Sul, com o Rio Grande do Sul polarizando as ações. Com efeito, até 1964, quando sobreveio o Golpe de 1964, o POR conseguiu abrigar uma centena de militantes, dos quais uma parte, de acordo com a visão obreirista do partido, foi trabalhar em fábricas e outra parte dedicou-se a operar na estrutura sindical camponesa, com destaque para as atividades na área rural da Zona da Mata de Pernambuco, na fronteira com a da Paraíba. Ademais, ressaltou-se que o POR também logrou a adesão partidária de alguns militares do Exército e da Aeronáutica, especialmente no núcleo dos cabos e sargentos, cuja atuação política de esquerda crescera fortemente nos anos de 1961-1963 (LEAL, 2003a).

O quadro socioeconômico e político do país naquele momento apresentavam, claramente, condições bem objetivas para o avanço das lutas populares. Vale a pena trazer à baila neste ponto, como reforço a esta assertiva, a conclusão analítica de Gorender: “Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século até agora” (GORENDER, 1987). O governo de João Goulart encontrava-se, assim, encurralado e pressionado de todas as formas, de um lado as massas, ávidas de avanços sociais, querendo as reformas de base e de outro, uma frente conser-

vadora, que recebia os insumos do governo norte-americano, através de organizações como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), tendo o respaldo interno de setores importantes, como a Igreja Católica (CAMPOS, 2011). Com as ações de rebelião dentro das Forças Armadas, a exemplo da luta dos marinheiros e fuzileiros navais, que expressam nitidamente a efervescência das contradições políticas e socioeconômicas daquele instante nacional, colocava-se em cheque a ordem burguesa brasileira, propiciando uma reação preventiva em defesa do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado, que veio a se expressar no golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

Há ainda, por ser oportuno e necessário, em termos históricos, que se desene, mesmo que sucintamente, o quadro das esquerdas brasileiras no período em foco, para esclarecer as visões distintas predominantes. De um lado, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil que mantinham a concepção das duas etapas, a saber, a revolução nacional democrática, anti-imperialista e antifeudal e, a seguir, a revolução propriamente socialista. De outro, os grupos de esquerda, majoritariamente compostos de jovens, estimulados pelas vitórias das lutas anticolônias e particularmente da Revolução Cubana, que defendiam a revolução socialista imediata. Com efeito, os trotskistas, adeptos da revolução permanente e que despontavam como movimento que ganhava novas forças, a partir do relatório de Krushev, de 1956, denunciando os crimes de Stalin, despontava como adversários do etapismo, adotando o enfoque posadista da transição do nacionalismo ao Estado Operário, o que explica sua aproximação com o brizolismo.

Nesse contexto, é que se inicia a militância do jovem Martinho Leal Cam-

pos, cuja narrativa baseia a essência deste trabalho.

O velho militante conta a sua história

Nasci em João Pessoa-PB, no dia 01 de maio de 1942. Filho de José Carlos Campos, pequeno comerciante e de Eunice Leal Campos, professora da rede pública estadual de ensino da Paraíba. Fui aluno do primário no Grupo Escolar Antonio Pessoa, em João Pessoa, depois do concurso de admissão ao Ginásio, cumpri esse período escolar no Ginásio Lins de Vasconcelos (instituição particular) e, por fim, terminei o curso colegial científico no Liceu Paraibano. Fui aluno do Curso de Jornalismo das Lourdinas, instituição escolar de caráter privado, gerido por uma ordem de freiras com aquela denominação, momento em que, aos vinte anos, conheci o pernambucano Gilvan Rocha, que me recrutou para o seu grupo revolucionário de esquerda.

Devo dizer que desde os dezoito anos eu já vinha lendo obras socialistas e acompanhando com colegas de colégio o desenrolar dos fatos políticos mundiais e nacionais, embalado pelo sentimento romântico de apoio às lutas revolucionárias em curso, sobretudo os fatos marcantes da Revolução cubana, inspirado nas figuras de Che, Camilo Cienfuegos e Fidel. Com Gilvan e outros jovens pessoenses formamos um grupo que tinha como objetivo lutar pela revolução socialista no país, opondo-se à política de conciliação com a burguesia que o PCB encarnava, dentro da concepção de que a revolução teria que ser feita em etapas. Na Paraíba, similarmente a Pernambuco, fervia naquele momento o movimento camponês, instalado centralmente na cidade de Sapé, com as Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião e o crescimento dos sindicatos rurais. Desnecessário alongar-se sobre o impacto positivo desse movimento no espírito dos jovens de esquerda. Fazíamos constan-

tes pichamentos, participávamos de inúmeros comícios e de debates que se sucediam em vários ambientes estudantis, jornalísticos etc. sobre a situação política do país e do mundo. A efervescência política era muito intensa. Discutia-se em todos os lugares, nas praças públicas era comum todo o dia assistir-se a polêmicas inflamadas. Num dos congressos estudantis, em 1963, um dos temas debatidos era a divergência sino-soviética... enfim, toda a sociedade estava a refletir o momento político nacional que anunciava perspectivas de fortes mudanças. A Vanguarda Leninista, inicialmente, estava composta por jovens de esquerda de Pernambuco e da Paraíba. Os principais dirigentes, como Gilvan Rocha, Aybirê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos, Joaquim Ferreira, Claudio Cavalcanti e outros, de Recife, eram oriundos do extinto Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT, que pretendia estabelecer um foco guerrilheiro nos moldes cubanos no interior de Goiás e Maranhão, tendo sido evidentemente um rotundo fracasso. Os citados companheiros pernambucanos, juntamente comigo, meu irmão Antonio Carlos Leal de Campos, Teócrita Leal, Severino Dantas, Almério Melquíades de Araújo, Artur Nunes, Maria do Socorro Cunha, Maria do Socorro Carvalho e outros, fundamos, então, a Vanguarda Leninista, que lançou um manifesto em Recife e em João Pessoa, explanando seus objetivos políticos e sociais, com apelo à população, em particular os camponeses, para o necessário apoio ao seu programa, que propugnava a organização dos sindicatos camponeses, de uma Central Única Camponesa, reforma agrária, liberdades democráticas, revogação da Lei de Segurança Nacional, liberdade de imprensa, reforma urbana, nacionalização dos bancos e encampação dos trustes internacionais (SÁ, 2007).

É importante, neste relato, que se reiterem as condições específicas das lutas

camponesas naquele período. A agitação social no campo estava no seu auge. Claramente, as massas camponesas aceitavam as intervenções dos militantes e todos os que efetivamente estivessem de acordo em defender suas reivindicações, expressas na luta pela organização sindical, aumento de salários, defesa do 13º salário e todos os demais benefícios da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e como consigna principal a luta pela Reforma Agrária. Foi o momento de inflexão das condições políticas do homem do campo. Tratava-se naquele instante de um salto dialético daqueles contingentes de seres agrários em busca de construir sua cidadania. Não apenas as análises marxistas dão conta desse processo. Mesmo aqueles que usam o método da sociologia processual, embaçados adicionalmente em autores como Scott, Thompson e outros, mostram que a resistência política deve ser entendida como uma construção social, na medida em que “aquele que resiste expressa uma visão política, ainda que desorganizada” como afirma Barbosa (2012), em resenha ao livro de Koury (2012).

Nesse momento, o POR já estava instalado em Pernambuco, com a atuação, desde 1962, do uruguaio Pedro Makovsky (Gustavo) e de Paulo Roberto Pinto (Jeremias), este último tendo sido assassinado, no dia 08 de agosto de 1963, em emboscada organizada pelo latifundiário Zé Borba, proprietário do Engenho Oriente, na região de També – PE/Pedras de Fogo – PB. Jeremias era operário gráfico paulista, membro da direção nacional do POR, tendo pertencido antes à Juventude Comunista. Era um militante férreo, mas terno, enfeitando as virtudes guevarianas, capaz de destemidamente organizar toda uma massa de seres ávidos por conquistar sua cidadania. Aonde Jeremias ia, era seguido por verdadeiro séquito messiânico. Sua morte determinou inevitavelmente as mudanças na minha militância política.

Nós da VL já estávamos verdadeiramente agindo como trotskistas, mas sem filiação, digamos, formal e, com o desaparecimento trágico do camarada não havia mais o que esperar. Nós nos engajamos todos no POR. Há que lembrar que Jeremias, antes de ser assassinado, já havia sido preso pela polícia de Arraes, em cuja chefia, - como Secretário de Segurança, - estava Francisco Souto, ligado ao PCB. No ano de 1999, cheguei a conversar com Souto que lamentava o destino de Jeremias e insistia que sua prisão, assim como a dos três camaradas, Aybirê, Montarroyos e Cláudio, logo depois do acontecido. Alegava que tinham sido muito mais para protegê-los da sanha dos latifundiários, do que uma pura repressão. Mas fica evidente que esses fatos expressavam justamente as complexas contradições de poder naquele período no Estado de Pernambuco. Arraes estruturara sua trajetória política como líder de um movimento heterogêneo que reuniu setores antagônicos, como empresários e usineiros, juntamente com comunistas, socialistas, visando a derrotar a antiga oligarquia pessedista, conformando o que se denominou de Frente do Recife, (GALLINDO, 2013). Não havendo diante disso nenhuma surpresa quanto ao fato de que as atuações de Jeremias no campo espetavam incomodamente a política do governo de Arraes.

Jeremias foi, portanto, para mim e os demais, o elemento desencadeador de uma aspiração militante superior. Ascendeu claramente a tocha do caminho revolucionário que trilhei a partir de então. Defendo, nesse sentido, a necessidade incontornável neste relato de insistir no resgate de sua história. Seja no tocante à elucidação do caso, através dos competentes canais das Comissões da Verdade, em função no país, seja no que respeita a construção de uma consciência social e política, sobretudo junto aos jovens da contemporaneidade atual, que necessitam conhecer e entender os

lances históricos fundamentais da luta de nosso povo, em especial das lutas camponesas.

Entre a morte de Jeremias e o golpe de civil-militar de 1º de abril de 1964, militei intensamente no movimento estudantil paraibano, com intervenções também no movimento camponês, tendo assumido uma posição dirigente nos Comitês Estadual e Regional do POR. Os acontecimentos desse período demonstravam o forte teor azotado da situação política no país. A radicalização dos marinheiros e fuzileiros navais, com apoio de parte significativa dos sargentos e suboficiais das forças armadas demonstrava que não havia mais qualquer possibilidade de que os setores conservadores deixassem de intervir com um golpe preventivo.

Devo dizer que isso estava claro para mim e que mesmo com pouca experiência revolucionária não deixava passar despercebida a condição débil do movimento popular no Brasil em termos organizativos. Sentia que as posições das direções dos partidos de esquerda, a começar do PCB, mas envolvendo todos, inclusive a direção do POR, eram na verdade falaciosas, no sentido de que os golpistas não teriam sucesso. É interessante dizer que, mesmo depois de ter sido esmagada vergonhosamente, a esquerda continuava a achar que a ditadura instalada não duraria muito tempo. Eu fazia parte de um grupo que não acreditava, não confiava um mínimo na capacidade de reação do governo Goulart, como aconteceu, e nem mesmo tinha segurança em uma ação de Brizola correspondente à Campanha da Legalidade de 1961.

No dia do golpe, procurei encontrar-me com alguns dirigentes de outros partidos de esquerda, como o PCB, a Ação Popular, bem como militantes de grupos nacionalistas, mas a debandada já era geral. Fugi para o Recife. Lá, juntamente com Aybirê Ferreira de Sá e sua companheira Lenise, nos escondemos

na praia de Candeias, que na época não se encontrava ainda verdadeiramente urbanizada, até passar os primeiros momentos da ebulição repressora.

Nos meses que se seguiram imediatamente a abril de 1964, ao reduzir-se o ímpeto repressor, viemos a tomar conhecimento das inúmeras violações dos direitos humanos na Região. Não foram poucos os corpos de camponeses, em geral dirigentes de sindicatos e delegados sindicais, sendo levados pelos rios formadores da rede hidrográfica da Zona da Mata. Os latifundiários, usineiros, que já haviam se preparado para a violência da reação conservadora, com seus grupos de capangas armados, não se revezavam nas atrocidades. Nas cidades, capitais e municípios maiores, imperava o medo, a desconfiança generalizada. Os dedos-duros surgiam em toda a parte, denunciando os “perigosos comunistas”. O dirigente comunista Gregório Bezerra foi torturado barbaramente pelo General Vilocq, arrastado com uma corda no pescoço pelas ruas centrais do Recife, sendo inclusive filmado por uma emissora de televisão. As torturas, descobri através de relatos de camaradas e companheiros que haviam sido liberados das prisões e, também, por matérias jornalísticas, como as do *Correio da Manhã*, de responsabilidade de Márcio Moreira Alves, (MOLICA, 2005), dando conta, já no dia 7 de abril, de sevícias perpetradas contra presos políticos nos quartéis do Exército e no DOPS. Significa dizer que, diferentemente do que muitos afirmam as torturas já estavam em curso desde o primeiro momento do golpe.

Elio Gaspari na sua conhecida trilogia sobre a ditadura civil-militar iniciada em 1964 denomina essa fase de “ditadura envergonhada”. Com efeito, foi esse o momento de acomodações políticas das várias tendências civis e militares na disputa pela hegemonia de poder. Assim, muitas denúncias dos maus tratos praticados conta os presos

políticos surgiram, arrefecendo um pouco o furor repressivo dos adeptos da linha dura, que não obstante não deixaram de promover sevícias e assassinatos desses presos. Na Paraíba, ainda hoje não se sabe onde estão os corpos dos dirigentes camponeses Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, que se encontravam presos, recolhidos ao 15º RI, sob custódia direta do então Major Cordeiro, tendo sido “soltos” numa noite e nunca mais foram vistos.

Foi um momento também de muitas informações desencontradas e falseadas com objetivo claro de manter o clima repressivo. No que diz respeito ao POR, devo dizer que se cometeu o grande erro de acreditar no boato de que o dirigente camponês Chapéu de Couro, de Serinhahém – PE, cuja aproximação conosco se dera ainda no governo de Araes, havia iniciado naquela região um movimento de guerrilhas. Dois camaradas foram designados para encontrá-lo e estabelecer vínculo direto com esse suposto movimento, o que resultou em grande transtorno para o partido. Por algum erro de segurança, esses dois camaradas foram presos e um deles indicou a casa em que estávamos morando, no bairro de Prazeres, município de Jaboatão dos Guararapes, na Grande Recife. Eu, Pedro Macovski e Sylvia Montarroyos, sua companheira. Estávamos reunidos na noite do dia 02 de novembro com um camarada da direção nacional, Tullo Vigevani e Aybirê Ferreira de Sá. Cansado demais por estar quase três dias sem dormir praticamente, havia me deitado em quarto e dormia a sono solto, quando fui sacudido por Aybirê, alertando-me de que a polícia estava para estourar nosso “aparelho”, para usar o termo da repressão para nossas casas. Tullo conseguiu fugir, mas os demais, eu inclusive, não tivemos tal chance. Tentei escapar juntamente com Aybirê, mas, sob uma chuva de balas e *engalhado* numa cerca de arame farpado, tive que retroceder e enfrentar os

tiras, ferido de raspão numa perna. Aybirê e eu entramos em luta com cerca de cinco policiais durante alguns minutos, mas logicamente fomos logo dominados e algemados e conduzidos para unidades policiais. Lembro que me levaram para uma delegacia onde fui barbaramente espancado por um policial chamado Moisés, ficando um dia submetido aos maus tratos desse agente da repressão.

Depois me conduziram para uma cela do Dops onde já se encontravam outros camaradas e alguns comunistas do PCB, operários da área portuária do Recife. O Secretário de Segurança era o famigerado fascista Álvaro da Costa Lima, conhecido pelo instinto sádico que o dominava na repressão aos chamados subversivos. Foi ele o responsável pelas ignominiosas sevícias que levaram Sylvia, cujo nome de guerra era Tatiana, a enlouquecer na prisão. Escreveu um livro autobiográfico, “Réquiem por Tatiana”, em que narra todas as agruras sofridas por ela nesse período. Um dos interrogadores e torturadores, convocado especialmente para esse fim no nosso caso, foi o famoso Chico Pinote, antigo agente da repressão aos movimentos de esquerda desde 1935, no governo ditatorial de Getúlio Vargas. Experiente, se destacava mais pela tortura psicológica do que pela violência física.

Das masmorras do Dops, fomos enviados para a 2ª Cia de Guardas, sob a custódia do major Dynalmo Domingos e do capitão Bismarck Amâncio Baracuhy Ramalho, que instauraram o IPM – Inquérito Policial Militar pertinente. Lá, continuaram os maus-tratos, raspavam nossas cabeças, fomos colocados muitos dias em solitárias, sofrendo ameaças de todo o tipo. A fina flor da linha dura do IV ° Exército, coronéis Vilocq, Ibiapina e Justo Moss, além de outros de cujos nomes não me recordo, foram várias vezes até nossas celas para nos provocar de modo aterrador. Logo,

fui enviado para ser interrogado no 15° RI, em João Pessoa, pelo major Cordeiro. Depois de alguns dias, fui recambiado para Recife e, em seguida, juntamente com os demais camaradas, fui levado para a Ilha de Fernando de Noronha, onde ficamos durante seis meses. Fomos os últimos presos políticos da Ilha. A não ser nos primeiros momentos, quando de nossa chegada, em que até fuzilamento simulado foi orquestrado por alguns oficiais, fomos relativamente bem tratados. Na verdade, eles estavam informados de que éramos terroristas trotskistas, altamente perigosos, mas logo viram que isso não procedia. Depois de algumas negociações fomos liberados dos xadrezes e, em contrapartida, prestamos alguns serviços, trabalhando na construção de galpões e também na administração. Cumprido o prazo de detenção na Ilha, fomos levados para a Casa de Detenção do Recife, hoje Casa da Cultura, onde se encontravam já há meses dirigentes do PCB, como Gregório Bezerra, Ivo Valença, José Leite, Manoel Messias, e dirigentes das Ligas Camponesas, com destaque para Clodomir Moraes, que secundara Francisco Julião naquele movimento, Luiz Serafim, João Virgínio, entre outros. Fiquei preso na Casa de Detenção até o início do ano de 1966, quando fui solto à força de um habeas corpus impetrado junto ao STF

Evidentemente, não havia como continuar vivendo na Paraíba ou Pernambuco, pois sabia que seria condenado quando do julgamento na Auditoria Militar, em Recife. Por isso, atendendo à decisão do partido, viajei para São Paulo. Com efeito, em agosto daquele ano fui condenado a oito anos de detenção, com perda dos direitos políticos por dez anos. Mesmo assim, não saí do país. Beneficiei-me da deficiência das comunicações daquele momento e, assim, em semiclandestinidade, passei a viver em São Paulo, junto com minha esposa, a camarada Maria do Socorro

Cunha Campos, que também havia sido presa, em João Pessoa. Socorro conseguiu transferência da UFPB para a USP, onde passou a ser aluna do Curso de Letras, fazendo parte do núcleo trotskista atuante naquela instituição de ensino. Quanto a mim, afora alguns empregos no setor do comércio, fui logo trabalhar em fábricas como metalúrgico; fiz curso de torneiro mecânico no SENAI; fui forneiro de têmpera; operador de máquina na *Bom Bril*, onde formei um comitê de fábrica e organizei a primeira greve da empresa. Neste ínterim, continuava a militar no partido, na célula metalúrgica, ao lado de Olavo Hansen, que foi assassinado no Dops de São Paulo, em 1970, por meio de torturas bárbaras, Sidney Fix Marques dos Santos, que veio a ser assassinado também sob torturas, na Argentina, em 1976, e Ruy Pftenzreuter, que foi assassinado pelos agentes do DOI-CODI, em 1972. Entre 1968 e 1972, passei a fazer parte do Comitê Estadual e depois do próprio Bureau Político do Partido. Devo lembrar que esse foi o momento da “Ditadura Escancarada”, quando a repressão atingiu o auge, especificamente na repressão aos grupos envolvidos com a luta armada.

Neste ponto, faz-se necessário que explique a posição do partido com relação a essa questão do enfrentamento armado da ditadura. Na verdade, o POR não estava contra a luta armada com vistas à tomada do poder, como já se disse erroneamente. Discordávamos, sim, do terrorismo e da luta armada isolada da luta das massas. Ou seja, não aceitávamos a estratégia do foquismo ou a estratégia chinesa da guerra popular. Priorizávamos as lutas da classe operária nas cidades sob a direção de um partido de vanguarda que, no caminho, se tornaria um partido operário de massas, baseado nos sindicatos, o POBS (Partido Operário Baseado nos Sindicatos). Assim, há que diferenciar claramente a nossa posição da posição do

PCB, que insistia no caminho pacífico, ou como diz Gorender, tinha ‘se convertido em apêndice da oposição burguesa’.

O POR, não obstante estar afastado da luta armada sofreu forte revezes, dentro da onda repressiva daquele período. Em 1970, praticamente toda a direção máxima, o Bureau Político, foi presa. Quadros importante como Tullo Vigevani, Cláudio Vasconcelos Cavalcanti, Primo Brandmüller, Maria do Socorro Carvalho Vigevani, entre outros, foram presos e barbaramente torturados nos DOI-CODIs de São Paulo e Rio, além de passagens tenebrosas nos Dops dos dois Estados.

Em 1972, precisamente no dia 14 de abril, quando trabalhava na *General Motors*, em São Caetano do Sul-SP, fui surpreendido pela chegada de grupo de tiras à minha procura. Tentei escapar, mas não pude conseguir fazê-lo, pois na hora em que ia saindo por uma escada lateral da seção em que trabalhava, sem que os agentes notassem minha fuga, uma colega que voltava de férias, na euforia do reencontro, gritou meu nome para chamar minha atenção e me cumprimentar. Os três homens praticamente “voaram” em cima de mim, dominando-me e impedindo qualquer possibilidade de reação. Ali mesmo iniciaram a pancadaria, que continuou na viatura, uma perua “veraneio”, no trajeto para o DOI-CODI de São Paulo, que descobri anos depois ser localizado na Rua Tutóia. Ao chegar, no pátio dessa delegacia fui recebido pelos gritos dos policiais chamando-me de ‘terrorista’, além de xingamentos com palavras de baixo calão. Fui levado, algemado, para uma sala ampla, onde havia apenas uma cadeira em que me obrigaram a sentar. De repente, entrou nessa sala um cidadão alto, em trajes civis, que gritava, exigindo que lhe dissesse meu nome de guerra. Como respondi que não sabia de que se tratava, acertou-me várias tapas no rosto, deu-me um par de “telefones”,

sendo, em seguida coadjuvado por mais dois sujeitos que, após desferir outros murros e tapas, levaram-me imediatamente para ver os camaradas que já estavam presos, e pude ver que minha esposa Maria do Socorro Cunha Campos, Karen Bakke e outras que pertenciam à célula estudantil lá se encontravam e em seguida levaram-me até o outro lado do muro que dividia o pátio para ver que ali já se encontravam Almério Melquíades, Barnabé Medeiros, Antonio Clúdio Gomes, Heriberto Back e outros. A ação era destinada claramente a que eu ficasse abalado e desmoralizado diante da queda estrondosa do partido e assim facilitar a cessão das informações que consideravam importantes, da minha parte. Levaram-me ato contínuo para outra sala, menor onde quatro outros torturadores me esperavam para dar início à sessão de tortura. Logo soube que o cidadão que primeiro me ‘cumprimentou’ com as agressões referidas era o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI-CODI. As torturas sofridas por mim podem ser assim descritas: Primeiramente, tentaram fazer com que me dispusesse a colaborar, dizendo: “a guerra acabou, você agora só precisa facilitar as coisas”.

Logicamente, não demonstrei nenhuma disposição de atender a isso e, de pronto, passaram a me espancar, até deixarem-me praticamente desfalecido, totalmente despido. Desses torturadores, lembro e tenho a certeza dos nomes dos mais sádicos: Gaeta, também chamado de Mangabeira; Aderval Monteiro, ou Carioca, Roberto, vulgo Padre, que foi identificado posteriormente como sargento da Aeronáutica e outro, chamado Oberdan, ou ‘Zé Bonitinho’. Fui reanimado e colocado numa cadeira grande de tempo de ferro, a conhecida ‘Cadeira do Dragão’, com os braços e punhos amarrados, e iniciaram a sessão de choques elétricos. ‘Quando quiser falar, levante o dedinho’, gritavam os tortura-

dores. Eu, na tentativa de tomar fôlego, levantava o dedo, mas não falava nada, e o processo continuava. Em determinado momento, foram buscar a minha companheira Socorro, que já havia passado por sessões de espancamento e choques também, e ameaçavam colocar um dispositivo elétrico em sua vagina e aplicar novos choques. Quando começaram a despi-la, numa reação instintiva e desesperada conseguir desvencilhar-me das amarras e parti para cima dos torturadores. Esse gesto fez com que não continuassem a afligir a Socorro e levaram-na de volta para a cela onde estava com as demais companheiras. Na luta, fui nocauteado novamente e despertei com um senhor, mulato, que vim, a saber, ser médico, o qual, após aferir minha pressão, disse: ‘o caboclo tá bom, podem continuar com a brincadeira’. E assim seguiu-se a ação. Como os choques não estavam funcionando, resolveram me colocar no chamado ‘pau-de-arara’, aplicando-me choques nos testículos, língua, anus e jogando água sem parar no meu rosto, executando o denominado ‘afogamento’. Depois de algum tempo, a equipe de torturadores, cansada, resolveu dar uma trégua, levando-me para uma cela onde estavam os camaradas, que ajudaram a me recompor um pouco e me informaram de todo o alcance da queda. Tomei conhecimento, então, de que Ruy Pftzenreuter havia sido assassinado, embora ninguém tivesse visto seu corpo. Algumas horas depois, fui novamente levado para a sala de tortura. Desta feita, apenas um torturador estava na sala. Era um sujeito chamado ironicamente de JC, ou Jesus Cristo, por causa de suas feições que lembravam a conhecida figura do Cristo. Anos mais tarde, soube o seu nome real: Dirceu, Membro do Esquadrão da Morte, chefiado pelo famigerado delegado Sérgio Fleury. Estava disposto a me matar se não falasse. Trancou a porta da sala e iniciou uma sessão de choques ininterruptos, dando vazão a sua

sanha sádica. Não tenho lembrança definida do que foi que aconteceu, pois cheguei a quase falecer. Soube depois pelo carcereiro, um tipo chamado Marechal, que os outros torturadores tiveram que arrombar a porta da sala para impedi-lo de concretizar meu assassinato. Como diziam, não estavam interessados em produzir outro ‘presunto’. Essa situação de torturas, ora físicas, ora psicológicas, durou em torno de uma semana, quando então tiveram de nos deixar de lado, pois outros presos, de outros partidos de esquerda, como o pessoal do PCdoB, dos quais me lembro de Oséas Duarte e de Luiz Turiba, poeta e jornalista, que tinham acabado de chegar e tinham que receber o mesmo tratamento. Era um verdadeiro inferno. Não se sabe dizer direito o que é pior: estar diretamente sendo torturado ou permanecer todo o tempo ouvindo os gritos dos torturados.

Antes do fim do mês de abril, todos os camaradas foram levados para o Dops, ficando apenas eu e, se não estou enganado, Almério Melquíades, juntamente com alguns companheiros do PCdoB e do Molipo e outras pessoas de menor ou superficial vínculo com esses grupos. Passei meu aniversário de 30 anos, no dia 1º de maio, naquele antro da repressão política. Nos primeiros dias do mês, fui levado para o Dops, onde permaneci cerca de vinte e cinco dias, sendo levado depois para o Presídio Tiradentes e, meses depois, enviado para o pavilhão 5 do Carandiru, instituições prisionais hoje não mais existentes.

Respondi a processo na Auditoria Militar de São Paulo, sendo condenado a dois anos e meio de prisão, em agosto de 1973, tendo sido liberado no final deste ano, em liberdade condicional, depois de ter revogados pelo STM – Superior Tribunal Militar, os 8 anos de condenação no processo de Pernambuco.

Já então estava se iniciando o governo de Ernesto Geisel: os grupos da

luta armada estavam exterminados e a ditadura começava a ser ‘encurrada’. Arrefeciam-se em termos os tempos do chumbo pesado. Em 1975, Eu e Socorro voltamos para João Pessoa. Pude voltar para a Universidade, cursei o curso de tecnólogo em Estatística e finalmente voltei em 1978 ao curso de Economia que iniciara em 1964, quando tive de interrompê-lo por força do golpe de 1º de abril. Entrei na campanha da anistia. Vivi a frustração das Diretas Já. Tive alento, mesmo assim, com eleição indireta de Tancredo Neves, para frustrar-me mais uma vez, junto com a população brasileira, ao assistir os novos rumos lampedusianos da chamada ‘Nova República’, vindo até os dias atuais no mesmo diapasão, mas sem nunca perder a esperança.

À guisa de conclusão

Qual a manifestação que podemos produzir diante deste relato e de outros tantos, efetivamente muito mais graves ainda? Várias respostas podem ser oferecidas. Inclusive a de que nada há que dizer, mas simplesmente demonstrar a dor e o sentimento de que algo precisa ser feito para que isso não aconteça mais. Afinal, lembremos Ecléa Bosi, que afirma que os velhos não são mais que os expectadores de um quadro já finalizado e bem delineado no tempo. Precisam lembrar e contar para a sociedade, em particular para os mais jovens, a sua história. Precisam dizer de onde vieram, o que fizeram e aprenderam. Diz ela: “Os velhos são a memória da família, do grupo, da sociedade e deles o que se espera não é senão a *lembrança*”.

Ao contar sua história, nas palavras de Benjamin, “o narrador conta o que extrai da experiência – sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem sua história” Daí, pensamos: em que medida nós contribuimos para que os direitos humanos sejam realmente

considerados e defendidos no mundo e no Brasil, Afinal, continua-se a torturar. Segue-se matando por convicções ideológicas, religiosas e todas as demais formas de vilipêndio do ser humano. Por isso, a necessidade de se evidenciar a memória. Lembremos também de Thompson, que nos ensina que muitos historiadores, pouquíssimo se preocupam em discutir problemas sociais do passado, tendo como elemento espiritual a contestação do sistema social e/ou político, de modo a que os problemas contemporâneos sejam compreendidos e possam de alguma forma, provocar mudanças futuras. Utilizam a história para justificar as guerras, as dominações de uma classe sobre outra. Esses são os responsáveis, segundo ele, pelos “silêncios da Rússia sobre Trotski; da Alemanha Ocidental sobre a era nazista; da França sobre a guerra da Argélia”. No Brasil, podemos dizer: que continuam a querer nos impingir os silêncios sobre a ditadura civil-militar. Que as vozes e as lembranças dos velhos, nos ajudem.

Referências

- BARBOSA, Raoni Borges. Emoções, Conflito e Organização dos Trabalhadores Rurais. Uma resenha ao livro de Mauro Guilherme Pinheiro Koury, “Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974”. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, a. 4, n. 10, p. 114-117, dez. 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas, Magia e Técnica, Arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- BOSI, Alfredo. Pré-modernismo e modernismo. In: *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed.. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz; Companhia das Letras, 2004.
- CAMPOS, Antonio de. *O Caráter e o Sentido do Golpe de 1964 no Brasil – Uma discussão aberta*. Recife: Ed. Oito de Março, 2011.
- GALLINDO, José Felipe Rangel. *Jeremias das caminhadas - O trotskismo no campo em Pernambuco*. Recife: Ed. UFPE, 2013.
- GORENDER, JACOB. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias – o sindicalismo rural na zona da mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- LEAL, Murilo. *À Esquerda da esquerda: Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MOLICA, Fernando (Org.). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos*, vol. 5, n.10, pp. 200-212, 1992.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à anistia: memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado, História Oral*. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Abstract This work aims to discuss the Trotskyism and the resistance to the *coup d'état* and the civil-military dictatorship installed in Brazil in the year of 1964 and its implications for the construction and continued defense of human rights in contemporary Brazilian society, based in the history a militant of the Revolutionary Workers Party –Trotskyite in the period of 1963 -1974, in the states of Paraíba, Pernambuco and São Paulo. The discussion covers not only the mere political aspects but is based on the analysis of memories processes, sociologically developed by Paul Ricoeur, Walter Benjamin, Paul Thompson, Michael Pollak, Ecléa Bosi and others, understanding that there is a deep dialectic interaction between individual memory and collective memory inside of a socioeconomic and political inter-relationship of the society. **Keywords:** social memory, Trotskyism, resistances, human rights

